

A UNIVERSIDADE PÚBLICA EM DISCUSSÃO: BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA A PARTIR DAS HUMANIDADES

THE PUBLIC UNIVERSITY UNDER DISCUSSION: A BRIEF LITERATURE
REVIEW FROM THE PERSPECTIVE OF THE HUMANITIES

Ciências Humanas • 02/08/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/785450718](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/785450718)

Carlos Paula Moraes¹

José Alessandro Cândido da Silva²

Sônia Elina Sampaio Enes³

Pedro Lopes da Silva⁴

Jose Valderi Farias de Souza⁵

RESUMO

O debate sobre a crise da universidade pública brasileira ao longo das últimas décadas se construiu em diálogo com o contexto sociocultural. As disputas políticas (nacionais, regionais e locais) e as transformações sociais do país, sempre fizeram parte do universo acadêmico. No contexto atual brasileiro, de polarização política, também temos uma crescente crítica às instituições de ensino superior públicas. As universidades federais e de forma especial, a área das humanidades, parece concentrar grande foco das críticas. Pode ser que justamente por essa razão, as humanidades, mais do que nunca, são chamadas a se manifestar e buscar sua autoavaliação. Indicamos uma revisão bibliográfica de autores como Darcy Ribeiro (A Universidade Necessária-1969); José Arthur Giannotti (A universidade em Ritmo de Barbárie- 1986); Edmundo Campos (A Sinecura Acadêmica- 1988); Marilena Chaui (A Universidade Pública sob nova perspectiva- 2003); Renato Janine Ribeiro (A universidade e a vida atual: Fellini não via filmes- 2003); Boaventura de Sousa Santos (Democratizar a Universidade – 2018) e Rafael dos Santos (A Universidade Eficiente no Brasil- 2020). Nos propomos a refletir as críticas para, a partir das humanidades, defender uma universidade pública em transformação, sem, contudo, negociar sua essência de uma educação comprometida com a diversidade e impacto social nas comunidades mais vulneráveis.

Palavras-Chave: Universidade Pública; Educação Superior; Humanidades.

ABSTRACT

The debate regarding the crisis of the Brazilian public university over the last few decades has evolved in dialogue with the sociocultural context. Political disputes (at national, regional, and local levels) and

the country's social transformations have always been part of the academic landscape. In the current Brazilian context of political polarization, there is also growing criticism directed at public higher education institutions. Federal universities—and the humanities field in particular—seem to be the primary focus of such criticism. Perhaps for this very reason, the humanities are now called upon, more than ever, to speak out and engage in self-assessment. We point to a literature review covering authors such as Darcy Ribeiro (*A Universidade Necessária* – 1969); José Arthur Giannotti (*A Universidade em Ritmo de Barbárie* – 1986); Edmundo Campos (*A Sinecura Acadêmica* – 1988); Marilena Chaui (*A Universidade Pública sob Nova Perspectiva* – 2003); Renato Janine Ribeiro (*A Universidade e a Vida Atual: Fellini Não Via Filmes* – 2003); Boaventura de Sousa Santos (*Democratizar a Universidade* – 2018); and Rafael dos Santos (*A Universidade Eficiente no Brasil* – 2020). We aim to reflect on these criticisms in order to advocate—from the perspective of the humanities—for a public university undergoing transformation, without, however, compromising its essential commitment to education that embraces diversity and fosters social impact within the most vulnerable communities.

Keywords: Public University; Higher Education; Humanities.

1. INTRODUÇÃO

O presente ensaio nasce de uma reflexão e da experiência de alguns anos de trabalho na gestão de uma universidade federal do norte do Brasil, mais especificamente, na única universidade pública do Acre, ou seja, a Universidade Federal do Acre-UFAC. Esta instituição teve início no complexo contexto da ditadura militar em 1964 e se desenvolveu na égide da Reforma Universitária de 1968, e que contou com um crescimento significativo durante o primeiro

planejamento estratégico 2014-2023, característico do modelo gerencial, o qual possibilitou, em grande parte, a esta instituição não só a sobreviver as contradições de um governo federal contra o ensino superior (governo Bolsonaro), mas até mesmo crescer ainda no contexto da grave situação da Covid19.

A Ufac não só se manteve, mas cresceu e se fortaleceu como instituição de referência na região norte. Chegando ainda a realizar o seu segundo planejamento estratégico 2024-2033, o qual, no entanto, devido a situações políticas internas, operalizou-se uma ruptura com a tradição do planejamento estratégico, que só o futuro dirá as consequências e impactos dessa mudança de rota. Na esteira dessas mudanças e suas possibilidades, destaca-se na Ufac uma rica e promissora experiência destacada nesta produção, ao lado de outras, no campo das humanidades, com ações voltadas para os povos originários. O objetivo deste artigo é analisar criticamente diferentes concepções de universidade pública presentes em autores brasileiros e discutir como essas perspectivas dialogam com a experiência recente da Universidade Federal do Acre.

A "digitalização forçada", devido a necessidade do trabalho remoto, pode ser vista como um desafio à essência da "universidade necessária", que pressupõe uma ciência voltada às necessidades do povo e a transformação social. Ao manter suas atividades e crescer nesse contexto, as humanidades na Ufac buscaram evitar o "tecnicismo" criticado por Ribeiro, tentando garantir que a massificação do acesso digital não se tornasse apenas um treinamento técnico, mas mantivesse a universidade como motor de emancipação e soberania nacional.

Em 2024, pela primeira vez na história da Universidade Federal do Acre, o recurso de custeio, o destinado para cobrir as despesas de luz, água, segurança, limpeza, deixaram um déficit de mais de 3 milhões. Em 2025 o déficit cresceu para 10 milhões. Essa diferença é explicada devido ao crescimento da instituição do espaço físico, com a construção de novos ambientes acadêmicos nos seus dois campi (Campus Sede/Rio Branco e Campus Floresta/ Cruzeiro do Sul). A grande captação de recurso, por meio de Emendas Parlamentares, mesmo sendo uma estratégia momentânea, revela uma complexa relação entre os recursos de capital e custeio que tendem a indicar um possível colapso do sistema de financiamento insustentável das Emendas, como também o ataque ao financiamento e a autonomia universitária, pois a dependência da afinidade entre parlamentares, alguns dos quais críticos do Ministério da Educação, criam uma dependência preocupante do controle político a certas áreas de financiamento.

A dependência de emendas parlamentares cria um cenário que dialoga diretamente com as críticas de Edmundo Campos Coelho, na sua obra *Sinecura Acadêmica*. O uso de emendas pode ser uma "estratégia momentânea", mas que gera uma dependência preocupante do controle político sobre áreas de financiamento, o que pode ser interpretado como uma nova forma de clientelismo. Esse mecanismo coloca em risco o Planejamento de Desenvolvimento Institucional (PDI) a longo prazo e a própria autonomia universitária, pois a universidade pode passar a agir para autopreservar recursos (o "vício interno" citado por Coelho) em vez de focar estritamente em sua função pública e científica.

No aspecto do eixo acadêmico da extensão, será a partir de 2021, que teremos na Ufac, a experiência de se trabalhar com emendas

parlamentares, uma experiência que implementou importantes ações de extensão voltadas aos movimentos sociais, bem como à grupos vulneráveis. A partir de então, se consolidou uma interessante diversificação da fonte orçamentária da Extensão Universitária, na Ufac, sem que com isso, se superasse as críticas ao modelo geral de financiamento universitário. Porém é inegável que a diversificação da fonte orçamentária de financiamento acadêmico da Extensão produziu um crescimento das ações de grande impacto nos Territórios de maior vulnerabilidade, bem como da parceria público privada ligadas também à projetos de tecnologia social. Esse quadro atual é emblemático, do conflito que se instaurou no atual modelo de universidade pública. É possível e viável, dentro da nova conjuntura, o fomento desse modelo de universidade? Não temos ainda uma resposta definitiva, mas apresentamos uma revisão bibliográfica de algumas produções que consideramos relevante para nos ajudar nessa complexa reflexão. Para a escolha dos autores e obras, seguimos o marco operado após a reforma universitária de 1968, ocorrida no Brasil na égide da Ditadura Militar e as críticas suscitadas por diferentes autores até a “contrarreforma” do ensino superior operada pela Constituição de 1988, analisando as bases anteriores e o desenvolvimento posterior.

2. DESENVOLVIMENTO

(Universidade brasileira e suas leituras).

2.1. A Universidade Necessária de 1969

O primeiro autor que apresentamos é Darcy Ribeiro, antropólogo, intelectual e político engajado, exilado em função da repressão na época da ditadura militar no Brasil, que reage a esse cenário

propondo um projeto contra hegemônico, uma universidade que não se submeta ao tecnicismo nem ao autoritarismo, mas que se torne motor de transformação social. Na sua obra “A Universidade Necessária”, escrita em meio ao contexto da ditadura militar e publicada logo após a Reforma Universitária de 1968, a obra é uma das formulações mais ambiciosas sobre o projeto de universidade na América Latina, pois defende uma universidade comprometida com o desenvolvimento nacional e com a transformação social, capaz de produzir ciência voltada às necessidades da sociedade brasileira, especialmente em sua dimensão popular. A universidade, para ele, deveria romper com a lógica elitista e colonizada, tornando-se motor de emancipação. Apesar de escrita em um momento de repressão política, a obra é visionária e estabelece um horizonte utópico de universidade democrática, crítica e autônoma.

O autor organiza seu pensamento em torno de alguns eixos centrais:

- a. crítica a universidade tradicional;
2. Projeto de uma universidade necessária (isto é, voltada para as necessidades do povo, por isso, massificar o acesso; produzir ciência autônoma voltadas às necessidades do país, em especial áreas de desenvolvimento econômico, saúde, educação e cultura;
3. A ciência como motor de desenvolvimento, de emancipação por meio da pesquisa aplicada, com forte compromisso social e popular;
4. Educação e mudança cultural, para além da formação profissional, a universidade deveria atuar como agente de transformação cultural, combatendo o colonialismo mental, fortalecendo a identidade brasileira e latino-americana.

A universidade necessária de Darcy, pode ser considerada um marco no pensamento educacional brasileiro e latino-americano, não apenas por seu conteúdo, mas por sua ousadia de pensar uma

universidade voltada para as questões da identidade latino-americana e brasileira. A universidade só será legítima se for necessária ao povo! Uma obra escrita em um contexto de repressão, mas que aponta para uma utopia concreta: a universidade como instituição capaz de resgatar a soberania nacional e servir ao povo. Do ponto de vista crítico, no entanto, podemos questionar sua ênfase no papel do Estado como indutor do desenvolvimento, e a instrumentalização da universidade como um mecanismo de “dominação”, ou divulgação de certas políticas públicas, quando na verdade, a academia deveria servir como crítica e até apontar a implementação de políticas públicas! Ainda assim, sua contribuição é relevante pois permanece atual no fato de recolocar a universidade no centro da luta política e social, em contraste com visões reducionistas que a tratam apenas como prestadora de serviços ou espaço de treinamento técnico.

2.2. A Universidade em Ritmo de Barbárie de 1986

O nosso segundo autor a ser apresentado, é José Arthur Giannotti, filósofo e professor emérito da USP, que em 1986, quase duas décadas depois de Darcy, publicara a obra: A universidade em ritmo de barbárie, fazendo uma crítica ao contexto da redemocratização. Para ele, a universidade brasileira vivia sob um ‘ritmo de barbárie’, muito burocrática, voltada para o tecnicismo e afastada de sua missão crítica. A denúncia de Giannotti expõe as contradições da herança da reforma de 1968, que possibilitou uma expansão do ensino superior sem qualidade e a sua submissão ao utilitarismo econômico. Sua obra tem como foco diferenciador a denúncia da precarização institucional.

Ao longo dos seus seis capítulos, ele examina o que caracteriza os ‘tempos bárbaros nas universidades brasileiras, discutindo o ensino superior, suas origens e os limites da universidade numa sociedade instável e em expansão desequilibrada. O autor incluirá sua atuação em comissões de reformulação da educação superior.

A Universidade em Ritmo de Barbárie, é uma obra muito oportuna para nos oferecer uma autocrítica, um olhar voltado para as crises internas entre o “sábio”, que faz e questiona o conhecimento, e o “sabido”, que se aproveita da lógica institucional para obter prestígio. O autor adverte, chama atenção, para a necessidade de isolar o “sabido”, para preservar a missão universitária. Ele questiona a fragmentação entre ensino e pesquisa, alertando para uma educação cada vez mais técnica, voltada ao mercado, em detrimento do pensamento criativo e inventivo, criticando a falta de mecanismos sérios de avaliação na universidade, alertando contra formas de controle autoritário ou superficial de qualidade.

Do ponto de vista sucinto, podemos dizer que Giannotti faz um alerta; a universidade não pode ficar referenciada por indicadores de qualidade autorreferenciados, ou seja, índices de produtividade desconexos da sociedade. A sobrevivência institucional não se dará por índices de ranqueamentos de produção, coisa que o “sabido” procura. Mas o fomento do verdadeiramente sábio, preocupado com o contexto social.

2.3. A Sinecura Acadêmica de 1988

Foi durante o processo da promulgação da Constituição de 1988 que Edmundo Campos Coelho, sociólogo, professor e pesquisador ligado ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, lança a

obra “A Sinecura Acadêmica”, abordando o tema do sistema universitário brasileiro, onde destacava mais claramente os vícios internos das universidades. Sua crítica às “sinecuras acadêmicas” revela o peso do clientelismo, dos privilégios corporativos e da autopreservação institucional.

O autor desafia a comunidade universitária a romper com a cultura da inércia, propondo uma universidade mais transparente, meritocrática e comprometida com sua função pública. Podemos indicar que essa obra propõe uma autocrítica das próprias estruturas de poder acadêmico. Segundo o autor, a estrutura universitária brasileira produziu muito pouco, muitas vezes mantendo-se à custa de uma ciência que não existia ou não mereceria este nome, fazendo assim, uma dura crítica à um ensino sem pesquisa efetiva. Sua crítica incide sobre uma condição que considera moral e eticamente insustentável: a reprodução de uma fachada de produção científica, sem o rigor e a seriedade necessários. Para ele, admitir um ensino descolado da pesquisa era compactuar com uma situação inaceitável. Porém nem todas as instituições teriam condições de fato de se dedicar à pesquisa de ponta, nesse caso deveria se dedicar pelo menos a um ensino de qualidade, com honestidade intelectual.

A obra é uma crítica contundente, não só a instituição em si, mas também à ética acadêmica, que deveria recriar condições de trabalho acadêmico honesto e competente. Ele rejeita a imposição do modelo “*Research University*”, embora seja muito respeitoso da pesquisa, defende que não poderia se impor esse modelo ao sistema brasileiro. Se percebe uma base de crítica ao tema da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na carreira docente, como se a um docente não se deveria exigir que fosse

também um pesquisador, como também não se deveria exigir do pesquisador ser extensionista etc. A recepção dessa obra vai gerar bastante debate local na Universidade Federal do Acre, principalmente com relação a disputas políticas locais, na ocasião de eleições para reitoria.

2.4. A Universidade Pública Sob Nova Perspectiva de 2003

No início dos anos 2000, com o novo contexto político, Marilena Chauí, filósofa, professora emérita da USP, reposiciona o debate sobre a Universidade Pública, em um cenário de neoliberalismo e mercantilização do ensino superior. Mesmo em governos ditos de esquerda, ela denuncia um sistema universitário que está em processo de uma acelerada adaptação administrativa com o mercado, o que colocaria em risco o modelo universitário idealizado pela Constituição Popular de 1988.

A autora faz uma defesa da universidade pública como uma instituição social e cultural, em oposição à ideia de “organização” empresarial, o que ficaria visível nos modelos de gestão universitária implementados no Brasil e incentivado pelo próprio Ministério da Educação- MEC, com os Planejamentos estratégicos e o discurso da Inovação e empreendedorismo. Chauí insiste que a universidade deve formar cidadãos críticos e produzir conhecimento com relevância social, não apenas atender às demandas do mercado. Sua obra dialoga com o projeto de universidade de Darcy Ribeiro, pois se percebe a visão de uma formação emancipadora.

As principais propostas da autora para resgatar a função pública e formativa das universidades será: 1. Lutar contra a exclusão social e a formação do caráter universal do ensino público; 2. Redefinir e

fortalecer a autonomia universitária, a qual passa pela autonomia institucional (em relação ao Estado), intelectual (liberdade de pensamento), e financeira (controle dos próprios recursos); 3. Distinguir entre democratização e massificação, já que democratizar não significa apenas ampliar o acesso, mas qualificar o ensino, a pesquisa e o compromisso ético; 4. Revalorização do corpo docente como processo formativo, estimulando o pensamento crítico; 5. Fortalecer a pesquisa orientada pela cidadania, com exigência de financiamento público comprometido com a produção de conhecimento socialmente relevante; 6. Adoção de um posicionamento crítico frente à lógica da “sociedade do conhecimento” e “da educação continuada”, que muitas vezes serve à reprodução e expansão da mercantilização pedagógica.

O texto ganhará força e grande repercussão no contexto das políticas de expansão do ensino superior (Reuni e ProUni), no qual será proporcionado um grande avanço do sistema privado de ensino superior. De fato, será a partir do ano 2000 que teremos no Acre o avanço e a multiplicação das “Faculdades Privadas”, sejam presenciais ou a distância, que muitas vezes tratam a educação como mercadoria e não um direito. Chauí defende a Universidade Pública como um espaço estratégico de resistência ao pensamento único. Mesmo que a autora faça uma crítica à formação continuada, e ao planejamento estratégico, existe algumas variáveis que precisariam de uma maior discussão, ou seja, a curricularização da extensão e a definição da extensão no sistema universitário do indicador de “formação continuada”.

2.5. A Universidade e a Vida Atual de 2003

Também dentro do mesmo contexto, do início dos anos 2000, teremos o autor Renato Janine Ribeiro, também filósofo, comentarista e naquela época diretor de avaliação da CAPES, com ampla experiência em políticas acadêmicas, que fará uma série de artigos, que depois serão compilados em formato de livro, com o título: “A Universidade e a Vida Atual: Fellini não via filmes”. Podemos dizer que essa obra aborda alguns pontos complementares ao tema da universidade pública, pois de forma geral o autor oferece um panorama atento dos dilemas da gestão universitária brasileira, ponderando sobre ensino, avaliação, interdisciplinariedade e missão social das universidades. Sua crítica recai não só sobre a mercantilização, mas também sobre o isolamento disciplinar e a falta de diálogo interno.

Se Chauí defende a instituição contra o modelo empresarial, Janine, convida a universidade a se reinventar em sua própria prática acadêmica, buscando formas mais livres e inovadoras de acolhimento. Combinando experiência de gestão institucional, com linguagem acessível e crítica, oferece um portfólio de ideias que convida gestores, docentes e estudantes a repensarem a universidade como espaço vivo, conectado e fundamentalmente interdisciplinar. A expressão “Fellini não via filmes”, representa uma metáfora com o cineasta italiano que imaginava cenas a partir de leituras literárias, ou seja, não em outros filmes, por isso ele foi tão genial. Quando o autor utiliza essa expressão, quer simbolizar uma abordagem interdisciplinar essencial para a produção do conhecimento, a universidade deve transcender fronteiras disciplinares e dialogar com diferentes áreas do saber. Isso reflete um alerta contra o isolamento acadêmico e o fechamento intelectual que prejudica a inovação e a relevância social.

De forma geral a coletânea dos artigos discute a relação entre a universidade e a sociedade, como a instituição se posiciona diante das mudanças sociais, tecnológicas e culturais contemporâneas, oferecendo reflexões atualizadas e relevantes para a realidade brasileira. A experiência administrativa do autor, como diretor de avaliação na CAPES entre 2004 e 2008 aporta credibilidade e clareza diagnóstica, expressando não só a teoria, mas a experiência prática de suas concepções.

2.6. Democratizar a Universidade e a Ecologia dos Saberes de 2018

Em um contexto de crise da democracia brasileira e um forte ataque da educação pública no Brasil, Boaventura de Sousa Santos, sociólogo renomado, professor catedrático jubilado da Universidade de Coimbra-Portugal, um importante difusor das chamadas “epistemologias do Sul”, faz sua obra “A Universidade no século XXI. Para uma reforma democrática e emancipatória na universidade”, nesse trabalho o autor retoma o tema da universidade pública, na linha de suas publicações anteriores como “Pela mão de Alice”, ele atualiza suas análises da função da universidade pública no século XXI, fazendo uma crítica ao modelo neoliberal de ensino superior e a defesa de alternativas emancipadoras.

O autor apresenta alguns possíveis princípios para uma reforma universitária fundamentalmente democrática e que leve a emancipação, que seriam: 1. Democratização, defendendo eleições diretas para reitores e dirigentes, envolvimento ativo da comunidade universitária nas decisões, e diálogo efetivo com a sociedade, superando uma visão autoritária ou elitista; 2. Desmercantilização, ou seja, a avaliação docente deveria ir muito além da produtividade

acadêmica tradicional, mas sim valorização dos impactos sociais e a atuação na extensão, tendo como objetivo a priorização do conhecimento comprometido com o bem comum, com o retorno das humanidades e áreas sociais como centrais dentro das universidades; 3. Descolonização, rompendo com o monopólio eurocêntrico do saber universitário, incorporando saberes populares, indígenas e femininos, seria preciso reformular currículos e políticas afirmativas que promovam a justiça cognitiva e representatividade; 4. Mudança epistemológica, baseada na reconfiguração das epistemologias do Sul; 5. Resistência ao neoliberalismo, resistir a tentativa de transformação da universidade em empresa, mercadoria ou investimento lucrativo, o que ele chama de capitalismo universitário.

A referida obra é uma leitura obrigatória, com forte impacto político-intelectual, indispensável para educadores, gestores acadêmicos, movimentos sociais e todos os que acreditam no potencial transformador das instituições de ensino superior.

2.7. A Universidade Eficiente no Brasil de 2020

Em um contexto de cortes de verbas para as universidades públicas, o aprofundar da crise política e a pressão por resultados nos investimentos públicos, onde as críticas às universidades federais se centravam como instituições “caras” e pouco produtivas, e ainda, o ataque às humanidades e os índices de produtividades, foi que Rafael dos Santos Pereira, doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná, técnico administrativo, atualmente ocupando o cargo de Superintendente Geral de Pessoal da Pró-reitoria de Pessoal da UFRJ, publicou os estudos de seu doutorado na obra: “A

Universidade Eficiente no Brasil: reflexões sobre a política nacional de avaliação e a gestão universitária”.

De forma geral o livro aborda como a universidade pública brasileira, atualmente, tem sido moldada por uma lógica de eficiência imposta por políticas nacionais de avaliação. Essas políticas, especialmente o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-SINAES, têm impulsionado modelos gerenciais e operacionais que remodelam a gestão institucional com foco em desempenho e rankings. O conceito de “eficiente” como sendo fruto de uma visão gerencial, o autor sugere que com as restrições orçamentárias e o discurso sobre eficiência do Estado, emergiu um modelo em que a universidade passa a ser valorizada por sua “operacionalidade”, ou seja, por cumprir indicadores externos de qualidade, independentemente dos investimentos estatais.

O livro propõe um diálogo interdisciplinar, envolvendo educação, administração pública e sociologia política, para questionar o que efetivamente significa ser uma universidade pública eficiente, especialmente num contexto de austeridade e mercado. O texto traz uma abordagem crítica às políticas de avaliação, destacando seus impactos sobre a autonomia e missão da universidade pública.

O texto e o autor representam um momento interessante da própria universidade pública brasileira, pois ao interno das universidades, ainda existe uma disputa de poder entre técnicos e docentes no processo da administração universitária. Rafael, como técnico, ao tomar como referência tanto a literatura acadêmica quanto o universo político-administrativo das universidades, nos oferece um texto com uma reflexão robusta sobre os desafios contemporâneo da educação superior, e ainda, os dilemas da gestão administrativa

frente as exigências de eficiência, já que o gerencialismo não daria conta da complexidade da vida. Mas também não se pode desconsiderar que atualmente é a cultura administrativa universitária que traz certos avanços em alguns campos e retrocessos em outros. Sempre fica a ideia da eficiência para quem? Para qual propósito? A obra é uma crítica a cultura gerencialista implementada pelos órgãos do Estado ao ensino superior, principalmente pela aparente eficiência do planejamento estratégico.

2.8. Aproximações e Tensões Entre as Diferentes Concepções de Universidade Pública

Os autores e obras abordados não se configuram em uma sequência cronológica, mas revela uma reflexão sobre a identidade, a missão e os desafios da universidade pública brasileira. Embora cada autor escreva em um contexto histórico distinto, todos procuram responder à mesma questão fundamental: qual deve ser o papel da universidade em uma sociedade democrática, desigual e em permanente transformação?

É possível identificar um fio condutor que atravessa todas as obras. Darcy Ribeiro inaugura esse percurso com uma visão fortemente propositiva. Em *A Universidade Necessária* (1969), a universidade é concebida como instrumento de emancipação nacional, produção científica autônoma e transformação social. Sua preocupação principal é romper com a dependência cultural e científica, defendendo uma instituição comprometida com o povo brasileiro e com o desenvolvimento soberano do país. Essa perspectiva estabelece um horizonte normativo que permanece presente, de diferentes formas, nos autores posteriores.

José Arthur Giannotti desloca o olhar do projeto ideal para as fragilidades internas da instituição. Enquanto Darcy pergunta "que universidade precisamos construir?", Giannotti questiona "o que está impedindo essa universidade de cumprir sua missão?". Sua crítica à burocratização, ao produtivismo e à separação entre ensino e pesquisa complementa, e não contradiz, Darcy Ribeiro. Ambos compartilham a defesa de uma universidade crítica, mas Giannotti alerta que a própria instituição pode produzir mecanismos que inviabilizam essa finalidade.

Essa autocrítica é aprofundada por Edmundo Campos Coelho. Em *A Sinecura Acadêmica*, o problema deixa de ser apenas estrutural e passa a ser também ético. Se Giannotti denuncia a barbárie institucional, Coelho denuncia a acomodação corporativa e a reprodução de privilégios internos. Sua reflexão introduz uma dimensão indispensável ao debate: a defesa da universidade pública exige igualmente responsabilidade, mérito e compromisso acadêmico. A autonomia universitária, portanto, não pode servir de justificativa para práticas de baixa qualidade ou para a preservação de interesses corporativos.

Marilena Chauí amplia esse debate ao situá-lo no contexto da expansão neoliberal do ensino superior. Sua principal contribuição consiste em distinguir a universidade como instituição social da universidade entendida como organização empresarial. Nesse ponto, sua reflexão aproxima-se fortemente de Darcy Ribeiro, pois ambos compreendem a universidade como patrimônio público voltado à formação cidadã. Entretanto, Chauí atualiza essa defesa diante das novas formas de mercantilização do conhecimento, advertindo que a lógica da eficiência administrativa não pode substituir a função crítica da educação superior.

Renato Janine Ribeiro, por sua vez, não abandona essa preocupação, mas propõe um deslocamento importante. Em vez de concentrar sua análise apenas nas ameaças externas, volta-se para a cultura acadêmica interna. Sua metáfora de que "Fellini não via filmes" simboliza a necessidade de criatividade, interdisciplinaridade e abertura intelectual. A universidade, segundo Janine, precisa superar seus compartimentos disciplinares e dialogar com diferentes campos do conhecimento para continuar socialmente relevante. Sua reflexão funciona como uma ponte entre a crítica institucional e a inovação acadêmica.

Boaventura de Sousa Santos leva esse movimento ainda mais longe ao propor uma transformação epistemológica da universidade. Sua teoria da ecologia dos saberes rompe com a ideia de que apenas o conhecimento científico tradicional possui legitimidade. Nesse sentido, sua proposta complementa Darcy Ribeiro, mas amplia significativamente seu alcance ao defender a incorporação dos saberes indígenas, populares, femininos e comunitários. A universidade deixa de ser apenas produtora de ciência para tornar-se espaço de diálogo entre diferentes racionalidades. Essa perspectiva dialoga diretamente com a experiência apresentada posteriormente no artigo sobre a formação de professores indígenas na Universidade Federal do Acre.

Finalmente, Rafael dos Santos Pereira representa o debate contemporâneo sobre gestão universitária. Sua análise demonstra como os sistemas nacionais de avaliação e os indicadores de desempenho passaram a reorganizar o funcionamento das universidades brasileiras. Entretanto, sua contribuição não consiste simplesmente em rejeitar a eficiência administrativa, mas em questionar eficiência para quem e para qual finalidade. Essa

pergunta aproxima sua obra tanto das críticas de Chauí ao gerencialismo quanto das preocupações éticas de Coelho e das reflexões de Giannotti sobre os limites dos indicadores de produtividade.

Quando essas sete obras são analisadas em conjunto, percebe-se que elas não representam posições isoladas, mas diferentes níveis de uma mesma discussão. Darcy Ribeiro apresenta o projeto político da universidade; Giannotti e Coelho realizam a crítica das suas estruturas internas; Chauí denuncia sua mercantilização; Renato Janine propõe sua renovação cultural; Boaventura amplia seus horizontes epistemológicos; e Rafael dos Santos problematiza os modelos contemporâneos de gestão e avaliação. Em conjunto, essas perspectivas revelam que a universidade pública somente preservará sua legitimidade se conseguir equilibrar autonomia, qualidade acadêmica, responsabilidade institucional, eficiência administrativa e compromisso social.

Essa leitura integrada também fortalece a principal tese deste artigo: a experiência recente da Universidade Federal do Acre pode ser interpretada como uma tentativa de síntese entre essas diferentes concepções. O denominado modelo sócio-gerencial (adotado de 2014-2026) procura utilizar instrumentos modernos de planejamento e gestão sem abandonar a missão pública, a extensão universitária, a valorização das humanidades e o compromisso com povos indígenas, comunidades tradicionais e grupos socialmente vulneráveis. Assim, a experiência da UFAC não aparece como mera aplicação de um modelo gerencial, mas como uma tentativa de responder, na realidade amazônica, às grandes questões formuladas por esses autores ao longo dos últimos cinquenta anos.

3. UMA EXPERIÊNCIA NO CAMPO DAS HUMANIDADES NA UFAC-2014/2026

A experiência de destaque mencionada no título desta seção, remete ao período dos últimos doze anos, a qual mostra uma Ufac voltada também para as questões da identidade indígena da Amazônia brasileira, com uma proposta de acolhimento e esforço de emancipação política e social dos povos originários do Acre e sul do Amazonas, ao criar um curso superior específico, fruto de lutas, embates de movimentos sociais e associações, mas também com a disposição de uma instituição que compreende sua vocação no coração da Amazônia. Em outras palavras, uma universidade que se coloca no centro da luta política e social, em contraste com perspectivas da lógica de mercado.

Criado em 2008, o curso em pauta enfrentou grandiosos desafios de todas as ordens, mas encontrou na instituição o desenvolvimento de sua função pública e o caráter criativo e inclusivo, ao abrir as portas para diversidade desse lugar dentro do território nacional. Trata-se do cumprimento do ideal proposto pela Constituição Cidadã de 1988, que nas palavras de Chauí (2003), tem o papel de lutar contra a exclusão social e a formação do caráter universal do ensino público.

Entre indígenas formados e em formação somam-se mais de duzentos acadêmicos que são formados e formam ao mesmo tempo, num processo diferenciado de aprendizado em que se respeita as culturas, línguas e demais diferenças próprias de cada uma das onze etnias presentes no curso. Esse cenário aponta para uma universidade que busca se reinventar em sua própria prática acadêmica, buscando formas mais livres e inovadoras de

acolhimento, demonstrando uma clareza nas experiências prática de sua presença na região.

Em linhas gerais, a experiência em pauta, coloca-se na contramão de muitas ideias vigentes e determinantes próprias da academia ocidental. A partir dessa compreensão, verifica-se que a ideia de produtividade acadêmica deve superar a orientação tradicional, e remeter para ações de valorização dos impactos sociais, tendo como objetivo a priorização de conhecimentos e saberes tradicionais comprometidos com o bem comum, mostrando necessidade e diferença que têm as humanidades dentro da instituição, além de romper, conforme Santos (2018) com o monopólio eurocêntrico do saber universitário, incorporando saberes populares, indígenas e femininos, com vistas à reformulação de currículos e políticas afirmativas que promovam a justiça cognitiva e representatividade.

Os egressos do curso, na qualidade de licenciados em Ciências da Natureza ou Linguagens e Artes ou Humanidades, representam agentes determinantes de transformação, na perspectiva da promoção da educação escolar indígena em aldeias de toda região. A proposta de formação traz um diálogo contínuo com suas realidades, sendo inclusive grande parte do processo realizado em terras indígenas, fazendo jus a uma frase criada e constantemente utilizada por um dos cursistas da turma de 2023: “A aldeia é nossa universidade”.

A presença de docentes do curso nas terras indígenas é uma constante na medida em que o trabalho de orientação, acompanhamento, realização de pesquisa e atividades de extensão são produzidos nos espaços das comunidades a que pertencem os acadêmicos. Ao realizar grande parte da formação em terras

indígenas, a Ufac rompe com o "monopólio eurocêntrico do saber" e implementa uma política afirmativa que valoriza os impactos sociais e saberes populares sobre a produtividade acadêmica tradicional. Certamente que há limitações e desafios contemporâneos nessa proposta de educação superior específica, diferenciada, intercultural, bilingue e comunitária desses povos. Dentre eles, destacam-se questões de gestão administrativa frente as exigências de eficiência, já que o gerencialismo não consegue explicar a complexidade da vida. Mas no caso da Ufac, precisa-se reconhecer que há um esforço de gestores, técnicos e professores no sentido de fazer acontecer avanços neste campo, por meio do comprometimento e do desenvolvimento de ações diversas em prol do protagonismo dos povos originários dentro dos espaços acadêmicos, mesmo quando as forças contrárias e os riscos de retrocessos ameaçam as conquistas alcançadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da revisão das sete obras apresentadas, podemos perceber que a discussão sobre o ensino superior brasileiro, bem como o lugar da universidade pública brasileira foi uma relação que se desenvolveu de forma articulada não só entre essas duas realidades, mas também com o contexto social e político das referidas obras. Da reforma de 1968, operada pela ditadura militar, percebemos a tensão entre a relação com a produtividade, autonomia, e impacto social das instituições de ensino superior. As obras de Darcy Ribeiro; José Arthur Giannotti; Edmundo Campos Coelho; Marilena Chauí; Renato Janine Ribeiro; Boaventura de Sousa Santos e Rafael dos Santos Pereira representam diferentes momentos e diagnósticos críticos sobre o papel e o destino da universidade.

Não tivemos a pretensão de fazer uma descrição ou interpretação totalizante das obras e nem dos autores. Mas nossa intenção foi apresentar nossa percepção da leitura e reflexão desses diferentes contextos e da complexa relação de se discutir a universidade pública brasileira, principalmente porque nossa leitura se faz a partir da periferia dos grandes centros, mas muito próximo de nossa atuação junto às comunidades de ribeirinhos, indígenas, periferias do nosso Estado do Acre, uma região que enfrenta grandes desafios, em relação ao ensino superior e o acesso às políticas públicas nas áreas da saúde, transporte, segurança, infraestrutura, etc. Mas que se orgulha do trabalho realizado nas últimas décadas pelo desenvolvimento de nossa Universidade Federal do Acre que realizou dois planejamentos estratégicos (2014-2023 e 2024-2033).

Quando analisados se percebe a estreita relação entre os planejamentos estratégicos com a formação crítica e cidadã, com o fortalecimento da Extensão Universitária, bem como, da consolidação da Pesquisa e Pós-graduação. Sendo assim, o modelo de gestão adotados nas últimas décadas, pela Ufac, pode ser considerado “sócio gerencial”, já que procurou unir, na prática, modelos de gestão antagônicos do ponto de vista teórico. Uma conquista que longe de ser a defesa teórica de um modelo de universidade, se constitui numa capacidade de trabalho e diálogo institucional que possibilitou o fortalecimento desse patrimônio do povo acreano, ou seja, a nossa Universidade Federal do Acre.

Enquanto o gerencialismo clássico costuma focar em indicadores de produtividade frios e rankings, a Ufac redirecionou essa "eficiência" operacional para consolidar a extensão universitária e a formação crítica e cidadã. Assim, a eficiência administrativa serviu como suporte para que a universidade não apenas sobrevivesse a cortes

orçamentários, mas se fortalecesse como instituição de referência na região norte, unindo a operacionalidade técnica ao compromisso com as comunidades locais.

Não podemos deixar de vislumbrar que no contexto amazônico a Universidade Federal do Acre ficou caracterizada como uma das melhores instalações físicas nos nossos campi de Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Entre os anos 2014-2026, no entanto, o seu desafio segue, para tornar-se uma universidade amazônica e multicampi, se fortalecer e poder se articular de forma orgânica com todo o Estado e não só nos dois grandes centros, isto é, Rio Branco e Cruzeiro do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Chaui, Marilena. **A Universidade Pública sob Nova Perspectiva.** Revista Brasileira de Educação (ANPEd), n. 24, de 2003, p.5-15;

Coelho, Edmundo Campos. **A Sinecura Acadêmica:** a ética universitária em questão. Rio de Janeiro, Ed. Veredas 1988;

Giannotti, José Arthur. **A Universidade em ritmo de barbárie,** São Paulo, Ed. Brasiliense 1986;

PEREIRA, Rafael dos Santos. **A Universidade Eficiente no Brasil:** reflexões sobre a política nacional de avaliação e a gestão universitária. 1. ed. Florianópolis, ed. Enunciado Publicações, 2020.

Ribeiro, Darcy. **A Universidade Necessária.** Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra 1969;

RIBEIRO, Renato Janine. **A universidade e a vida atual:** Fellini não via filmes. Rio de Janeiro: Campus, 2003;

Santos, Boaventura de Sousa. **A Universidade do século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória na Universidade. Coimbra-Portugal, Ed. Cortez, 2018;

Unesco. **Seminário Universidade:** Por que e como reformar? Tradução Sérgio Bath. Edições Unesco Brasil, 2003.

¹ Professor da Universidade Federal do Acre. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Doutorado em Teologia (2010) e Filosofia (2023).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5646-6537>. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

² Professor. da Universidade Federal do Acre. Centro de Educação e Letras. Doutorado em Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5230-0449>. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

³ Professora da Universidade Federal do Acre. Centro de Educação e Letras. Doutorado em educação (2022). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9250-1894>. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

⁴ Professor da Universidade Federal do Acre. Centro de Educação e Letras. Doutorado em educação (2022). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3878-3712>. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

⁵ Professor da Universidade Federal do Acre. Centro de Educação e Letras. Doutorado em Educação (2022). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9162-7815>. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).